



2

O NEOLÍTICO EM PORTUGAL ANTES DO HORIZONTE 2020: PERSPECTIVAS EM DEBATE

Coordenação de Mariana Diniz, César Neves e Andrea Martins

EDITORIAL

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção

O volume que agora se publica é o 2º de uma nova série de Monografias editadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, destinada à divulgação dos colóquios temáticos organizados com alguma regularidade, pelos seus diversos órgãos, bem como de outros trabalhos de investigação considerados meritórios, com especial destaque para os que foram premiados ou distinguidos com menções especiais pelo júri do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão.

A recente alteração da estrutura do ensino universitário, com a adopção generalizada do chamado “Sistema de Bolonha”, levou a que uma grande parte dos licenciados em Arqueologia tivessem optado pelo Mestrado, o que veio também estimular o gosto pela investigação arqueológica “pura” (ou seja, não directamente ligada a grandes obras públicas e privadas), no âmbito de bolsas de investigação, enquadradas em projectos de longo prazo dos principais centros universitários de investigação do país situação que é de louvar. Por isso não é de estranhar que a maior parte dos trabalhos que se têm candidatado ao prémio acima referido tenham sido elaborados no âmbito de dissertações de mestrado e de doutoramento.

A publicação científica dos trabalhos de investigação, realizados no campo, no gabinete ou no laboratório, é não só uma obrigação ética e legal, como também uma forma de justificação social dos, por vezes muito avultados, investimentos feitos por entidades públicas ou privadas, na actividade arqueológica, no âmbito do cumprimento da legislação comunitária e nacional de minimização de impactes sobre o património. Além disso, em tempos de generalização do conceito de “conservação pelo registo”, ou seja, do “sacrifício” dos contextos arqueológicos, a troca de meios materiais para o seu registo e a recolha dos artefactos associados a esses contextos, o seu estudo e publicação científica torna-se cada vez mais premente.

Ora acontece que, por um lado, com alguma frequência, os arqueólogos não encontram onde publicar os seus trabalhos monográficos que, pela sua natureza não comercial, não são investimentos atractivos para a maior parte das editoras. Por outro lado, os organismos da tutela da Arqueologia, se exigem, e bem, a publicação, dispõem de meios cada vez mais escassos para fazer face aos encargos inerentes, tendo sobretudo em conta o crescimento quase exponencial na actividade arqueológica verificado nos últimos 20 anos.

Por isso a AAP tem procurado, na medida das suas possibilidades, proporcionar à comunidade arqueológica, não só um *forum*, sempre aberto à apresentação e discussão de resultados das investigações realizadas, mas também meios para a sua publicação.

A AAP, como emanção da sociedade civil que é, cumpre assim, em mais uma vertente, o seu papel social e cultural, supletivo do Estado, mantendo, no entanto, com muito orgulho a sua liberdade e independência em relação ao mesmo.